

QUESITO N.º 7

A Assembléa Legislativa aprova emenda à Constituição do Estado, para acrescentar-lhe dispositivo assim redigido:

“Art. — Os Secretários de Estado atenderão, no prazo de 30 dias, aos pedidos de informações que lhes forem dirigidos, por escrito, pela Assembléa Legislativa.

Parágrafo único — Importa crime de responsabilidade o não cumprimento, sem justificação, do que prescreve este artigo”.

O Governador dirige consulta à Procuradoria-Geral do Estado, indagando se é constitucional o novo dispositivo e, no caso negativo, por que meio será possível impugná-lo.

Diga o candidato como responderia à consulta, examinando o problema quer no tocante ao *caput*, quer ao parágrafo único.

QUESITO N.º 8

A Administração Estadual contrata o cientista X, de renome e projeção internacionais, para a realização temporária de certas pesquisas em laboratório do Estado, no campo da biologia.

Por descuido verificado na condução das experiências, o cientista X causa a poluição, com substâncias letais, de um curso d'água, provocando, na casa á jusante do laboratório, a morte de um cidadão.

Viúva e filhos, provando o fato e a relação de causalidade, movem ação ordinária contra o Estado, pedindo indenização. Que argumentos utilizaria o candidato, como Procurador, na contestação?

QUESITO N.º 9

A Assembléa Legislativa do Estado aprova e o Governador sanciona projeto de *lei complementar*, regulando o processo de fiscalização das sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações criadas pelo Poder Público (Constituição da Guanabara, art. 39, parágrafo único).

Algum tempo passado, a Assembléa aprova, *por maioria simples*, projeto de lei dispondo mais detalhadamente sobre a fiscalização das empresas públicas. Levado à sanção, o Governador dá conta da existência de conflito entre alguns preceitos da lei particular e alguns da genérica, devendo-se porém observar que o projeto não contraria, materialmente, qualquer regra constitucional. Consulta, então, a Procuradoria-Geral, para que o aconselhe, do ponto-de-ista jurídico, a vetar ou sancionar o projeto, indicando os fundamentos de uma ou outra atitude.

Como o candidato redigiria a resposta à consulta?

QUESITO N.º 10

O art. 182 da Constituição Federal, com o texto resultante da Emenda n.º 1, de 17 de outubro de 1969, reza expressamente:

“Art. 182 — Continuam em vigor o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e os demais Atos posteriormente baixados.

Parágrafo único — .....

Por seu turno, o art. 9.º do Ato Institucional n.º 5 prescreve:

“Art. 9.º — O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas *d* e *e* do parágrafo 2.º do artigo 152 da Constituição”.

O número do dispositivo a que se reporta o Ato Institucional não abriga a mesma matéria, na redação original da Constituição Federal de 1967 e na constante da Emenda n.º 1. Qual seria a boa hermenêutica, respeitados os princípios teóricos inerentes ao conceito de constituição formal, para evitar a equivocada aplicação dos dispositivos da Constituição Federal vigente, que não guardam correlação com a remissão do Ato Institucional citado?

8. Prova escrita de Direito Privado

QUESITO N.º 1

Impõe-se, para realização de projeto aprovado, a desapropriação do imóvel X, transcrito no Registro Geral de Imóveis em nome de Caio e sua mulher, casal que, já tendo um filho, adotara em 1966 uma criança.

Ao colhêr dados para propor a ação desapropriatória, a Procuradoria Geral verificou que:

1 — Caio, sua mulher e o filho único de sangue morreram, sem testamento, em desastre aéreo ocorrido em agosto de 1970;

2 — O filho adotivo, que por motivo da viagem fôra confiado a seus pais, falecera cinco dias depois do desastre;

3 — São vivos os pais e o sogro de Caio;

4 — Não foi, ainda, instaurado inventário que tenha por objeto o imóvel X.

Há urgência na solução do assunto. Pede-se ao Procurador do Estado um parecer em que fique esclarecido:

a) Considerando a linha sucessória, e tendo em vista o disposto nos artigos 1.605, § 2.º, e 377 do Código Civil, êste com a redação que lhe deu o art. 1.º da Lei n.º 3.133, de 8-5-1957, quem é o atual titular do domínio do imóvel X;

b) À luz do disposto no art. 16 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21-6-1941, se haverá necessidade de medidas judiciais de natureza sucessória, por parte do Estado, para que êste possa imitar-se, no menor espaço de tempo possível, na posse do imóvel.

#### QUESITO N.º 2

As servidões não aparentes e as servidões aparentes descontínuas ensejam a proteção possessória e podem ser adquiridas por usucapião?

#### QUESITO N.º 3

Empresa industrial deseja montar indústria siderúrgica no Estado da Guanabara, que tem grande interesse em que ela aqui se localize, para desenvolver a região industrial.

A empresa necessita, para sua instalação, de um empréstimo no valor de Cr\$ 10.000.000,00. Oferece, como garantias, fiador idôneo, imóvel sôbre o qual tem promessa de venda, equipamentos industriais e, eventualmente, ações ordinárias e preferenciais e debêntures conversíveis.

A COPEG pretende conceder o financiamento, desde que obtenha garantias de que a empresa:

- a) se instalará num prazo máximo de 2 anos;
- b) funcionará no Estado pelo menos durante 20 anos;
- c) terá uma produção mínima inicial de  $x$  e se expandirá em proporções e prazos prefixados.

Grupo financeiro estrangeiro, tendo estudado a viabilidade econômica do projeto, está disposto a oferecer as garantias *a*, *b* e *c*, acima referidas.

A COPEG consulta a Procuradoria Geral sôbre a melhor forma de realizar as diversas operações necessárias a concretização do negócio. Dar parecer, esclarecendo:

- I — quais os contratos que aconselharia fossem firmados;
- II — as razões da escolha, em cada caso;
- III — em face da natureza do contrato escolhido, as alternativas que se abrirão ao credor, na hipótese de inadimplemento.

#### QUESITO N.º 4

A Companhia Estadual de Gás quer incluir nos seus contratos uma cláusula de acordo com a qual, no caso de mora, o usuário terá que pagar, além do débito:

- a) juros de 1% (um por cento) ao mês;
- b) correção monetária de acordo com o valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro, que acompanham as variações cambiais do dólar;

c) multa contratual fixada em 10% (dez por cento) da totalidade do débito vencido;

d) honorários de advogado no valor de 20% (vinte por cento) sôbre o débito, acrescido das parcelas mencionadas nas letras *a*, *b* e *c*;

e) custas judiciais.

A Companhia consulta a Procuradoria Geral, a respeito da validade da cláusula, desejando também saber se poderia, eventualmente, recorrer à correção monetária prefixada utilizada pelos Bancos de Investimento e pelas financeiras, em vez de admitir a correção monetária na forma do item *b*, acima transcrito.

Dar parecer, examinando a legislação sôbre a matéria e a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal.

#### QUESITO N.º 5

Em janeiro de 1948, com o consentimento expresso de seu único irmão conhecido, X comprou de seu pai Z, viúvo, um conjunto de salas em São Paulo e o vendeu à então Prefeitura do Distrito Federal.

Em 1967, Y promove a citação do Estado da Guanabara para responder, juntamente com X e com Z, a ação em que argüi a ineficácia de ambos os atos. Instrui a inicial com sentença, transitada em julgado, que reconheceu a procedência de ação proposta com fundamento no art. 1.º da Lei n.º 883, de 21-10-1949.

Elabore parecer orientando a contestação. Formule e sustente as diversas alternativas que o caso apresenta, analisando tôdas as possíveis defesas.

### 9. Prova escrita de Direito Tributário

#### QUESITO N.º 1

Dissertação: Interpretação econômica das leis tributárias.

#### QUESITO N.º 2

O Estado propôs executivo fiscal para cobrança de dívida relativa a multa por infração do art. 115 da Lei estadual n.º 809, de 28 de novembro de 1957, que condiciona a validade do alvará de licença para localização a correspondência dos respectivos característicos às condições efetivas do estabelecimento. Sobrevindo, porém, o Decreto-lei estadual n.º 72, de 25 de julho de 1969, que determinou a remissão de débitos e a anistia de infrações relativos a determinados tributos e alterou a parte geral da legislação tributária do Estado, o executado requereu nos autos o cancelamento da dívida.

Chamada a Procuradoria Fiscal a opinar, em processo administrativo, a respeito da questão, como emitiria o candidato o parecer solicitado?